



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
 COMARCA de São Carlos  
 FORO DE SÃO CARLOS  
 2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES  
 RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo nº: **1008239-97.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Maria Cristina Silva Pedrassani**  
 Requerido: **Maria Aparecida Buchwiser da Silva**  
 Juiz de Direito: Dr. Caio Cesar Melluso

Vistos.

Trata-se de ação de caráter voluntário em que a parte autora solicita expedição de alvará para levantamento de saldo de conta da falecida, Maria Aparecida Buchwiser da Silva.

Consoante se extrai da interpretação dos artigos 1º, da Lei nº 6.858/80, e 112, da Lei nº 8.213/91, o valor não recebido em vida pelo segurado, no âmbito da Previdência Social, será destinado em quotas iguais aos dependentes habilitados perante o órgão administrativo ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares. Não havendo dependentes habilitados, os valores devem ser destinados aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento. O artigo 2º da referida lei amplia o disposto para se aplicar às restituições relativas ao Imposto de Renda e outros tributos, recolhidos por pessoa física, e, não existindo outros bens sujeitos a inventário, aos saldos bancários e de contas de cadernetas de poupança e fundos de investimento de valor até 500 (quinhentas) Obrigações do Tesouro Nacional.

No caso dos autos, o óbito e a existência do valor a ser recebido foram comprovados, não há dependentes habilitados perante a Previdência Social e a autora juntou anuência dos demais herdeiros.

Pelo exposto, acolho o pedido, **AUTORIZANDO** a autora, Maria Cristina Silva Pedrassani, CPF nº 099.053.468-56, a proceder, junto aos órgãos competentes, o levantamento do saldo bancário da falecida, Maria Aparecida Cuchwiser da Silva, CPF nº 019.807.878-16, junto ao Banco do Brasil, agência 6845-4, Conta 15083-5.

Em consequência, julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Custas pela parte autora, observando-se a Lei de Assistência Judiciária Gratuita. Sem condenação em honorários de sucumbência, em razão do caráter voluntário da ação.

Após o trânsito em julgado, expeça-se alvará e, cumpridas as formalidade legais, remetam-se os autos ao arquivo.

**P. I.C.**

São Carlos, 25 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**1008239-97.2018.8.26.0566 - lauda 1**